

Ano XXVII nº 6869 31 de julho de 2023

CEE quer valorização dos empregados da Caixa

Em reunião no dia 27/07, a Comissão Executiva de Empregados (CEE) cobrou política efetiva de valorização, respeito à diversidade e gestão humanizada na Caixa. Na mesa de negociação sobre PFG (Plano de Funções Gratificadas), a Comissão Executiva dos Empregados alertou que o banco precisa tornar a rede mais atrativa para os trabalhadores, com funções que valorizem as características individuais de cada um.

O movimento sindical destacou que o PFG é excludente, apesar de a Caixa ser diversa. A empresa possui pessoas com deficiência, neurodivergentes e outras com habilidades específicas que deveriam ser valorizadas, mas dependem de um gestor que enxergue o potencial dos empregados para ter oportunidade de ascensão.

A CEE apontou ainda que o encarreiramento não oferece oportunidades de reconhecimento para profissionais técnicos bancários, por exemplo. Outra crítica foi sobre a estrutura da função, que mantém o trabalhador dependente, pois o salário está vinculado ao cargo e a perda resulta em queda acentuada da remuneração. Também criticou a prerrogativa dada aos gestores de retirar funções sem critérios claros.

A reunião também tratou sobre o fim do teto de 6,5% dos gastos do banco com o Saúde Caixa. Além disso, a CEE falou da manutenção dos princípios de solidariedade, mutualismo e pacto intergeracional e o modelo de custeio 70/30 do plano de saúde.

Também foram abordados o retorno da Gipes, Gilog, Giseq, o respeito às regras acordadas sobre teletrabalho, especialmente a prioridade dos pais com filhos PCDs, e fim da função minuto. Para discutir sobre metas, assédio e o programa Conquiste, a Comissão solicitou mesa específica, porque o mecanismo incentiva a competição.

Queda no desemprego joga mais pressão sobre o BC



A redução do desemprego para 8% reafirma o compromisso do governo Lula em acabar com a fome e joga mais pressão sobre o Banco Central, que se reúne terça e quarta-feira (01 e 02/08), para definir sobre a Selic.

A taxa básica de juros em 13,75% ao ano, a maior do mundo, dificulta a atividade econômica e impacta diretamente na geração de emprego. Portanto, se já tivesse caído, possivelmente, muito mais vaga teria sido aberta.

Entre janeiro e junho, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, foram criados 1,23 milhão de postos de trabalho formais, quer dizer, com carteira assinada e os direitos garantidos. É o melhor resultado para o período desde 2014.

A expectativa é de que o número de pessoas desempregadas caia ainda mais até o fim do ano. Agora, a velocidade vai depender diretamente das decisões do Copom (Comitê de Política Monetária) sobre a Selic.

O rendimento do brasileiro também está em curva ascendente. O salário médio do trabalhador é de R\$ 2.921,00, alta de 6,2% no acumulado do ano e frente a uma inflação de 3,16%.

Governo quer limitar os juros do cartão de crédito

O projeto de lei do governo que busca limitar os juros no rotativo do cartão de crédito tem enfrentado resistência dos bancos. A modalidade é uma das mais onerosas de empréstimo no país.

Para se ter ideia da situação, em junho, a taxa média cobrada pelos bancos no rotativo do cartão de crédito atingiu 437,25% ao ano. O rotativo é acionado quando o cliente não paga o valor total da fatura até a data de vencimento.

A intenção do PL é instituir o ReFamília (Programa Nacional de Renegociação das Dívidas das Famílias), destinado às famílias com renda de até R\$ 5 mil, com crédito previsto de até R\$ 20 mil. Ainda estabelece ao CMN (Conselho Monetário Nacional) a definição de limite para a cobrança de juros nos cartões.

Por conta disto, não surpreende o empenho da Febraban (Federação Brasileira de Bancos) e da Abecs (Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços) para que a proposta não avance. O relator do projeto, deputado Alencar Santana (PT-SP), assegura que o dispositivo será mantido no texto. A partir de agosto, o tema deve ser discutido na Câmara.